Judiciário Notícias

Edição maio/junho de 2013 - www.tjce.jus.br - facebook.com/tjceoficial - twitter.com/tjcenoticias

Órgão Especial do Tribunal de Justiça empossa 32 juízes substitutos

Aprovados no concurso para juiz substituto tomaram posse durante sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará, no dia 4 de julho. A solenidade foi conduzida pelo chefe do Judiciário estadual, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido

Pág. 3

Os novos integrantes do Órgão Especial para o biênio 2013-2015 foram eleitos pelo Tribunal Pleno no dia 21 de junho

Pág. 7

TJCE elege juízes Raimundo Nonato Santos e Lisete Gadelha para o cargo de desembargador e define lista tríplice da OAB

Pág. 6

Desembargadores Maria Iracema Martins do Vale e Antônio Abelardo Benevides Moraes tomam posse na direção do TRE-CE

Pág. 5

Presidente do Tribunal de Justiça recebe homenagem do TCM e do Comando da Polícia Militar

O presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, recebeu a Medalha do Mérito Municipal Governador Raul Barbosa, durante sessão solene em comemoração aos 59 anos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado (TCM-CE). A entrega da comenda foi feita pelo presidente do TCM-CE, conselheiro Francisco de Paula Rocha Aguiar, no último dia 24. A medalha é destinada a personalidades que se destacaram na vida pública.

Também receberam a condecoração o conselheiro e ex-presidente do TCM-CE, Luiz Sérgio Gadelha Vieira, o secretário da Fazenda do Ceará (Sefaz), Carlos Mauro Benevides Filho, e o procurador-geral de Justiça do Estado, Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado.

Convidado para falar em nome dos agraciados, o desembargador Gerardo Brígido agradeceu a homenagem. "Este é um reconhecimento não à minha pessoa, mas ao Poder Judiciário estadual". O presidente do TJCE teceu elogios ao Tribunal de Contas. "Os conselheiros, com grandeza de espírito, têm conseguido realizar de forma brilhante o papel constitucional de fiscalizar e orientar os municípios cearenses. É assim que se trabalha para o povo", destacou.

Des. Gerardo Brígido e conselheiro Francisco Aguiar

Militares também foram condecorados

Medalha do Grande Mérito da PM

No dia 24 de maio passado, o desembargador Gerardo Brígido foi homenageado com a Medalha do Grande Mérito da Polícia Militar, a mais alta honraria da instituição. A condecoração foi entregue pelo comandante geral-adjunto, coronel Antonio Ávila Góis, representando o comandante geral da PM, coronel Werisleik Pontes Matias.

A homenagem fez parte da solenidade cívico-militar alusiva aos 178 anos de criação da PM do Ceará. A medalha é concedida aos que se destacam no engajamento das ações de interesse da corporação e à causa da segurança pública do Estado. "É gratificante ser homenageado por uma instituição como a PM, que tem a tradição de proteger e servir", disse o desembargador, que esteve acompanhado da filha, a advogada Lara Brígido.

O superintendente do Departamento de Arquitetura de Engenharia do Estado, Francisco Quintino Vieira Neto, também recebeu a condecoração.

Medalha Martiniano de Alencar

Durante a solenidade, a Medalha José Martiniano de Alencar, concedida pelos relevantes serviços prestados à PM e à causa da segurança pública, foi entregue a sete integrantes da Assistência Militar do TJCE: Roberta Barbosa Monteiro (major BM), José Vagner Sales Tabosa (tenente PM), Jairton de Abreu Silva (sargento PM), Valter de Oliveira (sargento PM), Gláucio Cidrack do Vale Alcântara (cabo PM), Antônio Alexandre da Silva (soldado PM) e Thiago Dantas Ferreira Lima (soldado PM). A major PM Liana Nogueira Castro foi condecorada com a Medalha Mérito Policial Militar. Além disso, foram promovidos oficiais e praças da PM.

Juízes aprovados em concurso tomam posse

Novos juízes são empossados durante sessão do Órgão Especial

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) empossou 32 aprovados no concurso público para juiz substituto, durante sessão no dia 4 de julho. A solenidade teve à frente o chefe do Judiciário estadual, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido.

O presidente deu as boas-vindas aos novos juízes, ressaltando a importância do trabalho deles para o TJCE e o Estado do Ceará. Destacou a vocação dos novos magistrados. "Tenho certeza de que todos são vocacionados e privilegiados por Deus porque se submeteram e venceram um concurso difícil. Isso mostra que têm dom, força de vontade e determinação."

Na ocasião, o presidente do Tribunal incumbiu o desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes, que presidiu a comissão organizadora do concurso, de declarar empossados os juízes.

O desembargador decano, Fernando Luiz Ximenes Rocha, fez o discurso de saudação, enfatizando as qualidades que a sociedade espera de um magistrado. "São altos e raros os predicados que o povo espera de seus juízes: nobreza de caráter, elevação moral, imparcialidade e insuspeita. Tudo para que o juiz possa ser justo". Também disse que eles devem se dedicar àqueles que mais precisam. "Não percamos de vista que a verdadeira justiça não pode se distanciar dos mais necessitados".

O procurador-geral de Justiça do Ceará, Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, ao dar as boas-vindas, ressaltou a expectativa da sociedade em relação aos empossados. "A esperança da sociedade cearense nos magistrados é de que eles possam muito bem servi-la".

O presidente da Associação Cearense de Magistrados (ACM), juiz Ricardo Barreto, destacou o papel dos novos integrantes do Judiciário. "São pessoas preparadas, submeteram-se a concurso sério e tiveram as aptidões testadas. Terão atuação importante porque irão recompor o quadro de juízes para atender à demanda no Interior".

O primeiro colocado na seleção foi Douglas José da Silva, que será juiz da Comarca de Milagres (distante 474 km de Fortaleza). Segundo ele, o momento é de satisfação. Além disso, garantiu que todos se empenharam para fazer um bom trabalho e contribuir para a maior celeridade do Judiciário. "Sabemos que a sociedade está ansiosa pela nossa chegada".

Os magistrados tiveram os atos de nomeação publicados no Diário da Justiça Eletrônico de 18 de junho deste ano. No dia anterior, participaram de sessão pública para a escolha das comarcas onde desempenharão as funções. Os presentes puderam optar entre as 39 comarcas disponibilizadas, de acordo com a ordem de classificação no concurso, homologado pelo Pleno em 19 de abril de 2013.

No dia 3 de julho, eles assistiram a palestras promovidas pela Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) e Corregedoria Geral da Justiça do Estado. Os participantes receberam orientações sobre o exercício da magistratura.

A seleção teve cinco etapas. Dos 5.018 inscritos, 38 obtiveram aprovação, três deles estão sub judice. A comissão responsável pelo concurso foi composta pelos desembargadores Antônio Abelardo Benevides Moraes (presidente), Francisco Suenon Bastos Mota e Carlos Alberto Mendes Forte (membros) e Francisco Barbosa Filho e Vera Lúcia Correia Lima (suplentes). Os advogados José Júlio da Ponte Neto e Andrea Nogueira Sales Graças representaram a Ordem dos Advogados do Brasil – Secção Ceará (OAB/CE).

Poder Judiciário do Ceará atuou em regime de plantão durante a Copa das Confederações

O Poder Judiciário do Estado do Ceará atuou em regime de plantão nos Juizados do Aeroporto e do Torcedor durante a Copa das Confederações. O evento ocorreu nos dias 15 a 30 de junho em Fortaleza, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

O plantão do Juizado do Aeroporto teve início no último dia 9 e será concluído no dia 6 de julho. Juízes e servidores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECC) de Fortaleza se revezaram em quatro turnos diários. Ao todo foram registradas 19 ocorrências e nove acordos.

O Juizado do Torcedor esteve de plantão somente durante os jogos ocorridos na Arena Castelão. Estiveram à frente os juízes Paulo de Tarso Pires Nogueira, José Maria dos Santos Sales e Maria José Bentes Pinto.

Na partida entre México e Brasil no dia 19 de junho, foram registrados três furtos a torcedores. Além disso, houve problema com um grupo de Rondônia que comprou ingressos para um setor e recebeu os bilhetes para outra área. Eles foram orientados a buscar os direitos na comarca onde residem.

Poder Judiciário cearense atua no aeroporto e na Arena Castelão

Torcedores também tiveram problema ao tentar entrar no estádio. O sistema eletrônico das catracas não lia os bilhetes, mesmo tendo sido adquiridos no site da Federação Internacional de Futebol (FIFA). Após interferência dos juízes, juntamente com o Ministério Público, o problema foi solucionado.

Durante o jogo entre Nigéria e Espanha, no dia 23 de junho, foram registradas sete ocorrências, também de furtos. Além disso, um torcedor com carro credenciado pela FIFA foi impedido de entrar no estádio pela Autarquia Municipal de Trânsito (AMC). O fato foi registrado junto à autoridade policial do local.

Servidores do Poder Judiciário participam de aulas práticas do curso de Formação de Brigadistas

Servidores do Poder Judiciário participaram de aulas práticas no Campo de Treinamento de Prevenção e Combate a Incêndio do Corpo de Bombeiros (4ªSB/1ºGB), no bairro José Walter, em Fortaleza. O treinamento fez parte do curso de Formação de Brigadas de Incêndio e reuniu equipes do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), da Comarca de Maracanaú e do Fórum Clóvis Beviláqua, totalizando 60 brigadistas, nos dias 6 e 14 de junho.

Eles receberam orientações sobre combate a princípios de incêndio e o uso correto de extintores e mangueiras. Na aula prática foram utilizados extintores com água pressurizada (para debelar fogo em material sólido), com pó químico seco (uso em líquido inflável) e gás carbônico (destinado a equipamentos energizados). Os brigadistas ainda aprenderam a resgatar vítimas. Em outro momento, foram para ambiente confinado e com fogo.

A formação de brigadistas é uma iniciativa da Assistência Militar do TJCE e da 8ª Seção de Bombeiros.

Brigadistas aprendem uso correto de extintores

Desembargadores Iracema do Vale e Abelardo Benevides assumem a direção do TRE-CE

Desembargadores Abelardo Benevides e Iracema do Vale

Prefeito Roberto Cláudio, des. Gerardo Brígido, governador Cid Gomes, desa. Iracema do Vale, desa. Roseli Mendes, ministro Raul Araújo e des. Abelardo Benevides

Desa. Iracema do Vale destacou três metas da gestão

Familiares e amigos participaram da solenidade

A desembargadora Maria Iracema Martins do Vale foi empossada no cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), durante sessão realizada no auditório do Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), no dia 14 de junho. Na ocasião, o desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes assumiu a Vice-presidência da instituição. O magistrado acumulará o cargo com as funções de corregedor regional eleitoral.

A solenidade foi conduzida pelo diretor do Fórum Clóvis Beviláqua e decano dos juízes efetivos da Corte eleitoral, juiz Francisco Luciano Rodrigues.

A mesa foi composta pelo presidente do TJCE, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido; governador do Estado, Cid Gomes; ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Napoleão Nunes Maia Filho e Raul Araújo Filho; presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará (TRT-CE), Maria Roseli Mendes; procurador geral de Justiça do Estado, Ricardo Machado; procurador regional eleitoral do Ceará, Rômulo Moreira Conrado; prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio; deputado federal Mauro Benevides (representando a Câmara Federal); senador Eunício Oliveira; presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado estadual José Albuquerque; e Valdetário Monteiro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Ceará (OAB-CE).

Durante discurso, a desembargadora Iracema do Vale destacou as três metas da gestão: o recadastramento biométrico do eleitorado cearense; o planejamento das eleições de 2014, que terão início no segundo semestre deste ano; e a construção da nova sede da Justiça eleitoral, no bairro Luciano Cavalcante, na Capital.

"A primeira etapa da obra, que prevê a construção do prédio, está orçada em R$ 38 milhões e tem prazo de 18 meses para ser concluída. Será muito importante porque irá comportar toda a estrutura do Tribunal, inclusive, haverá local para armazenamento das urnas eleitorais, que atualmente ficam em depósito alugado", disse.

O novo corregedor anunciou cronograma de inspeção e correição que será realizado até dezembro deste ano, com visitas a 32 cartórios eleitorais da Capital e do Interior. O trabalho, que teve inícios em junho, tem caráter pedagógico. O objetivo é orientar juízes e servidores para assegurar a correta aplicação dos princípios e normas, bem como coletar sugestões e eventuais reclamações para o aprimoramento dos serviços. O corregedor também disse que vai procurar "sensibilizar os juízes para que julguem, o quanto antes, processos que impliquem cassação e perda de mandato, considerados os mais importantes".

Pleno do TJCE elege os juízes Raimundo Nonato e Lisete Gadelha para o cargo de desembargador

Os juízes Raimundo Nonato Silva Santos e Lisete de Sousa Gadelha foram eleitos para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), durante sessão conduzida pelo chefe da Corte, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, no dia 28 de junho. As vagas foram abertas em virtude das aposentadorias dos desembargadores Ademar Mendes Bezerra, em 25 de abril, e José Arísio Lopes da Costa, no dia 17 de maio.

Juízes Raimundo Nonato Silva Santos e Lisete de Sousa Gadelha

Eleito pelo critério de merecimento, o juiz Raimundo Nonato disse que que trabalhará "pela celeridade, transparência e sempre respeitando o povo que precisa do Judiciário". A juíza, eleita por aclamação pelo critério de antiguidade, afirmou que "ascender ao Tribunal representa o coroamento de 27 anos de trabalho. Na minha carreira, sempre busquei a justiça e a qualidade na prestação do serviço, observando o princípio da razoável duração do processo. Antes de me tornar juíza, advoguei por dez anos e também sei como é estar do outro lado".

TJCE encaminha lista tríplice para o governador

No início da sessão do dia 28 de junho, o Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) definiu lista tríplice com integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Ceará (OAB/CE) que concorrem à vaga de desembargador, pelo critério do quinto constitucional. Foram escolhidos a advogada Gina Vidal Marcílio Pompeu, com 34 votos, e os advogados Paulo Airton Albuquerque Filho e Virgílio Nunes Maia, ambos com 32 votos.

Também concorriam os advogados Cid Marconi de Sousa, José Armando da Costa Júnior e Leandro Duarte Vasques. A relação será encaminhada ao governador Cid Gomes, a quem cabe nomear o novo integrante do Tribunal. O escolhido ocupará a vaga deixada pelo desembargador Ernani Barreira Porto, que se aposentou em outubro do ano passado.

Quinto constitucional

O quinto constitucional é o dispositivo que destina 20% das vagas existentes nos Tribunais de Justiça a advogados e membros do Ministério Público. A OAB/CE ou o MP formam lista sêxtupla de candidatos e a remetem aos Tribunais, que selecionam três e encaminham ao governador.

O TJCE conta, atualmente, com três desembargadores escolhidos pelo critério do quinto, na vaga destinada à OAB/CE. São eles: Fernando Luiz Ximenes Rocha, Francisco Gladyson Pontes e Carlos Alberto Mendes Forte.

As vagas do MP são ocupadas pelos desembargadores Maria Iracema Martins do Vale, Francisco Lincoln Araújo e Silva, Vera Lúcia Correia Lima e Paulo Francisco Banhos Ponte.

Sessão do Pleno definiu lista tríplice e elegeu juízes para o cargo de desembargador

Desembargadores elegem novos integrantes do Órgão Especial

Novos integrantes do Órgão Especial foram eleitos para o biênio 2013-2015

O Tribunal Pleno elegeu os novos integrantes do Órgão Especial para o biênio 2013-2015, durante sessão no dia 21 de junho último, conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido.

O Órgão Especial é composto por 19 integrantes (dez desembargadores mais antigos na Corte e nove eleitos por votação secreta). O colegiado foi criado para dar maior celeridade ao cumprimento de algumas atribuições até então reservadas ao Pleno.

Por antiguidade, compõem o Órgão os desembargadores Luiz Gerardo de Pontes Brígido; Fernando Luiz Ximenes Rocha; Rômulo Moreira de Deus; Iracema Martins do Vale; Antônio Abelardo Benevides Moraes; Francisco de Assis Filgueira Mendes; Francisco Lincoln Araújo e Silva; Francisco Sales Neto; Maria Nailde Pinheiro Nogueira e Haroldo Correia de Oliveira Máximo.

Na ocasião foram eleitos e tomaram posse os desembargadores Francisco Suenon Bastos Mota; Clécio Aguiar de Magalhães; Emanuel Leite Albuquerque; Francisco Darival Beserra Primo; Washington Luís Bezerra de Araújo; Maria Iraneide Moura Silva e Luiz Evaldo Gonçalves Leite. O desembargador Inácio de Alencar Cortez Neto tomou posse no dia 28 de junho, tendo em vista ausência justificada durante a sessão.

O desembargador Francisco Gladyson Pontes ingressa em vaga destinada ao quinto constitucional, representando a Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Ceará (OAB-CE).

ATRIBUIÇÕES

Criado no dia 5 de maio de 2011, o Órgão Especial é responsável pelo julgamento de feitos administrativos e judiciais, como as ações diretas de inconstitucionalidade, a homologação de concursos públicos para provimento de cargos no Judiciário e a escolha de juízes para as Turmas Recursais.

Outras competências do Pleno que passaram ao Órgão Especial são processar e julgar, nos crimes comuns e de responsabilidade, o vice-governador do Estado, os deputados e juízes estaduais, os membros do Ministério Público, o comandante geral da Policia Militar e o comandante geral do Corpo de Bombeiros Militar. Deliberar sobre as propostas orçamentárias do Poder Judiciário e sobre a promoção e remoção de magistrados também são atribuições do órgão julgador.

O Pleno continua com a função de eleger o presidente, o vice-presidente e o corregedor geral da Justiça, assim como aprovar regimentos internos, organizar listas tríplices para acesso ao TJCE, entre outras.

Corregedoria Geral da Justiça do Ceará autoriza cartórios a realizar mediação e conciliação

O corregedor-geral da Justiça do Ceará, desembargador Francisco Sales Neto, autorizou os titulares de cartórios do Estado a realizar mediação e conciliação extrajudiciais. A autorização e as orientações constam no Provimento nº 12/2013, publicado no dia 24 de junho, no Diário da Justiça Eletrônico. A medida tem o objetivo de consolidar política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos instrumentos de conciliação e mediação, considerados meios efetivos de pacificação social. A prática visa reduzir a judicialização de conflitos, a quantidade de recursos e de execução de sentenças.

Segundo o provimento, são objeto das mediações e conciliações apenas os direitos patrimoniais disponíveis (aqueles que as partes podem usar e comercializar livremente, de acordo com a vontade). As reuniões ocorrerão em ambiente reservado e apropriado, dentro das serventias extrajudiciais (cartórios).

Os titulares de cartórios que optarem por prestar os serviços precisarão de autorização prévia do juiz corregedor permanente. O pedido deve vir acompanhado de documento que comprove o aproveitamento satisfatório em curso de qualificação, emitido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Ceará.

Provimento incentiva instrumentos de conciliação

Assistência Militar do Poder Judiciário encaminha mais de 9 mil armas para destruição

A Assistência Militar do Poder Judiciário do Ceará encaminhou, neste 1º semestre, 9.591 armas de fogo para destruição. A medida atende à determinação do presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, conforme a Resolução nº 134, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Entre os armamentos estão fuzis, metralhadoras, rifles, pistolas e revólveres. Também foram apreendidos e enviados à destruição 14.738 cartuchos de diversos calibres, 15.529 estojos de munição, 200 kg de chumbo, 166 kg de pólvora e uma banana de dinamite.

A incineração de armas visa colaborar com a segurança pública do Estado, reduzindo o estoque de material bélico dentro das unidades do Poder Judiciário. A ação impossibilita, de forma definitiva, o uso desse material para a prática de novos crimes. "A atual gestão TJCE tem promovido esforços para cumprir os prazos determinados pelo CNJ, informando de maneira transparente o destino que é dado às armas", declarou o tenente coronel Herlínio Dutra.

Incineração de armas contribui com a segurança pública

O último lote do semestre (3.129 armas) foi enviado ao Exército no dia 25 de junho. Entre 2011 e 2013, a Assistência Militar entregou para destruição 29.746 armamentos.

O projeto proporciona melhor gerenciamento do acervo de processos

Taxa de congestionamento nas Varas da Fazenda Pública é reduzida em 27,34%

O Projeto "Saneamento dos dados dos sistemas processuais", da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, reduziu em 27,34% a taxa de congestionamento processual das nove Varas da Fazenda Pública de Fortaleza. O resultado, obtido entre 29 de abril e 14 de junho deste ano, equivale a 13.931 processos baixados.

Embora já tivessem sido julgados, os processos não haviam sido retirados do índice de congestionamento porque aguardavam a realização de algum procedimento. Com o intuito de finalizar a tarefa, foi montado um Grupo de Trabalho.

As ações estão sendo implementadas em parceria com o Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais e com servidores das Varas da Fazenda. "Essa colaboração é fundamental para alcançarmos números extremamente exitosos", ressaltou o diretor do Fórum, juiz Francisco Luciano Lima Rodrigues.

Terminada a fase piloto, o projeto está sendo aplicado, desde 18 de junho, nas seis Varas de Execuções Fiscais e de Crimes contra a Ordem Tributárias. Posteriormente, será expandido às demais unidades do Fórum.

De acordo com o diretor do Fórum, o principal benefício do projeto é garantir uma prestação jurisdicional efetiva, a partir da finalização de todas as etapas do trâmite processual. Outra vantagem é a oferta de dados estatísticos fidedignos e atualizados, que permitem um melhor gerenciamento do acervo de processos das varas.

Aos participantes, o projeto possibilita ainda aprofundar os conhecimentos sobre o Sistema de Automação Judicial (SAJ). "Os servidores passam a ter domínio sobre os recursos e ferramentas gerenciais do software", explicou o diretor.

O trabalho será expandido para as demais unidades do Fórum

Decisões judiciais de interesse público abrem debate na mídia cearense

A Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário produziu 1.303 matérias jornalísticas no primeiro semestre de 2013. Os textos, em linguagem clara e objetiva, divulgam decisões judiciais de interesse público e também a respeito de ações e eventos desenvolvidos no âmbito da Justiça estadual.

Por meio do clipping de matérias publicadas nos jornais e principais blogs tem sido possível constatar a boa receptividade na mídia das decisões judiciais de interesse público.

Na coluna "Política", do jornal O Povo, na edição de 25 de junho de 2013, o jornalista Plínio Bortolotti, destaca o posicionamento da Presidência do TJCE na suspensão de liminares "atípicas". "Em boa hora, o desembargador Gerardo Brígido, presidente do Tribunal de Justiça, vem erguendo um muro de contenção ao festival de liminares".

Em 9 de maio de 2013, o jornalista Érico Firmo, na coluna "Política", do O Povo, considera que "interessante movimento tem ocorrido na Justiça cearense, sobretudo desde a posse do desembargador Gerardo Brígido na presidência do Tribunal de Justiça".

O POVO

POLÍTICA

ericofirmo@opovo.com.br

Érico Firmo
Jornalista, editor-adjunto do núcleo de Conjuntura do O POVO

O jornalista escreve esta coluna de Terça a Sábado

Um interessante movimento no TJ

Interessante movimento tem ocorrido na Justiça cearense, sobretudo desde a posse do desembargador Gerardo Brígido na presidência do Tribunal de Justiça. Na última terça-feira, 7, ele suspendeu liminar que impedia o Estado de eliminar candidato que descumpriu item do edital do concurso para a Polícia Militar. As intervenções judiciais para aprovar quem reprovado foi está entre as causas centrais da crise da Polícia no Ceará, com desdobramentos para o colapso da segurança como todo. Nem é necessário entrar no mérito do que Ciro Gomes chamou de "corpo policial apodrecido, infestado de marginais, a serviço de um projeto político salafrário". A corrupção policial é problema grave, sim. Na mesma terça-feira, o major Giovani Sobreira Gomes, comandante da 3ª Companhia do 2º Batalhão de Brejo Santo, foi afastado por acusação de comandar, olhe só, quadrilha de policiais que cometia crimes como corrupção, tortura, ameaças e abuso de autoridade.

Decisões de magistrados que permitiram flexibilizar ou burlar normas de seleção pública contribuíram, por certo, para esse cenário de crise ética. Situação acerca da qual a Procuradoria Geral do Estado (PGE) já prometeu tomar providências, conforme **O POVO** revelou, com exclusividade, no começo deste ano. O uso de liminares como atalho para gente sem a qualificação necessária ingressar nos quadros militares está longe de ser exceção ou novidade. Duas semanas atrás, o mesmo Brígido cassou decisão que mantinha no Corpo de Bombeiros um ex-policial que havia sido expulso da corporação por acusação de corrupção passiva e indisciplina. Após a expulsão da PM, ele prestou concurso para bombeiro, em 1996. Pelo histórico, foi impedido de participar de curso de formação, mas obteve liminar em um plantão de fim de ano. Brígido considerou irregular a liminar concedida no período de recesso, o que, segundo o desembargador, conferiu à decisão "caráter temerário" e "fragilidade".

As concessões de liminares e as decisões tomadas em plantão - sem que haja urgência real - são problemas que transcendem em muito as fronteiras da Justiça e afetam a vida de todo mundo. Agravam a crise na segurança pública, criam problemas urbanos, ambientais e permitem verdadeiros absurdos. Foi uma inexplicável liminar que - na plenitude de seu caráter precário - permitiu a demolição de histórico bangalô na rua Padre Valdevino, em processo de tombamento. Tipo de decisão temporária que teve caráter de trânsito em julgado.

Espera-se que as recentes decisões do presidente do Tribunal sejam sinais de moralização de certas decisões que contrariam frontalmente o interesse coletivo em nome de sabe lá o quê.

O POVO

POLÍTICA

Plínio Bortolotti
Jornalista

O colunista escreve interinamente esta coluna de **Terça a Sábado**

plinio@opovo.com.br

Um freio às liminares

Vez por outra escrevo sobre o espanto que me assalta quando observo a facilidade com que juízes concedem decisões liminares, propiciando, muitas vezes, caráter definitivo a uma decisão que deveria ser provisória. São liminares oferecidas sem que o magistrado observe os requisitos mínimos que devem embasá-las.

Entretanto, em boa hora, o desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), vem erguendo um muro de contenção ao festival de liminares. Desde que assumiu a presidência, em fins de janeiro, ele já cassou 84 decisões de juízes de primeiro grau, entre suspensão de liminares, de execução de sentença e de tutela antecipada.

Algumas são decisões cabeludas, como aquela de um juiz determinando, em sentença, que o Estado reintegrasse nos quadros da Polícia Civil um agente que fora afastado. Conforme relato no processo, o policial foi demitido por ser "um profissional agressivo, desequilibrado e que fez uso do cargo e da arma de forma abusiva, agredindo cidadãos de forma grave".

Além de suspender a sentença de reintegração, o desembargador ainda lecionou: "A decisão impugnada (de 1º grau) representa intromissão direta do Judiciário na autonomia do Executivo, impedindo-o de exercer o poder disciplinar que lhe é inerente para aplicação de penalidade a um de seus agentes".

> **Em boa hora,** o desembargador Gerardo Brígido, presidente do Tribunal de Justiça, vem erguendo um muro de contenção ao festival de liminares

> **Administrar** a coisa pública ou comandar as polícias, cabe ao Executivo e não ao Judiciário

Conforme relatou na edição de ontem a coluna *Vertical*, assinado por Eliomar de Lima, o presidente do TJCE que dar uma "basta" ao grande número de liminares que beneficia a reintegração de policiais, civis ou militares, envolvidos em atos abusivos ou de improbidade administrativa.

EMPRESAS

Mas não é somente na área policial que o desembargador Gerardo Brígido está de olho. Em maio, ele casou uma liminar que obrigava o Departamento de Edificações e Rodovias (DER) a fazer pagamentos à empresa CR Empreendimentos e Construções Ltda., sem que ela apresentasse certidões negativas de débito relativas a tributos federais e às contribuições previdenciárias.

O presidente do TJCE ensinou que o DER agiu respaldado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e que a liminar concedida imiscuia-se "em atividade eminentemente administrativa de arrecadação e fiscalização, impedindo que o requerente (DER) se resguarde em avenças (acordos) celebradas para prestação de serviços públicos". O valor em causa: mais de R$ 4 milhões.

NOÇÃO CORRIQUEIRA

Em declaração à coluna, o presidente do TJCE afirmou que "cabe ao Estado, noção corriqueira, o exercício da jurisdição em regime de monopólio. Tal regime, contudo, não pode ser entendido como a possibilidade de o Poder Judiciário avançar, sem limites, sobre as demais atribuições, passando, em nome desse monopólio, a praticar atos que são típicos das outras parcelas de poder estatal".

"Por esse motivo - continua -, descabe ao Poder Judiciário, mesmo exercendo materialmente a função de dizer o Direito, substituir a administração pública em suas tarefas típicas, bem como legislar ordinariamente, motivo pelo qual é perfeitamente admissível o controle dos atos do administrador público pelo Poder Judiciário, desde que tais atos firam os princípios que norteiam a administração pública". Assim, arremata Gerardo Brígido, "o controle de seus atos (do poder Executivo) pelo Judiciário não pode ser abrangente ao ponto de substituir quaisquer dos poderes na concretização de suas atividades".

Muito corretas as decisões do desembargador. Administrar a coisa pública ou comandar as polícias, cabe ao Executivo e não ao Judiciário. Como é próprio da democracia, os poderes têm de ser harmônicos e independentes.

Diário do Nordeste

Cidade COMUNICADO

Tipo faroeste, literalmente

Uma casa de shows chamada "Faroeste", na Avenida Washington Soares, protagoniza um episódio que, não tivesse havido decisão superior, poderia ter criado uma situação que transformaria em nada a capacidade de fiscalização da Prefeitura de Fortaleza. Veja só: por estar encravada em área de preservação e por não ter Estudo de Impacto Ambiental, a casa foi embargada por fiscais do Município. Os donos foram à Justiça, alegando que clientes, funcionários e fornecedores seriam prejudicados pela medida. Pois o juiz Paulo de Tarso Pires Nogueira, da 6ª Vara da Fazenda Pública, deferiu o pedido. Para o magistrado, a Prefeitura desconsiderou "o aspecto social que norteia a atividade econômica" do "Faroeste".

O xerife

Foi o desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, quem deu fim ao - digamos - duelo. Ele acatou argumentos da Procuradoria Geral do Município em pedido de suspensão de liminar. Para a PGM, a decisão do juiz impedia "a administração pública de exercer seu regular poder de polícia".

Mutirão de atos infracionais julga 671 processos e realiza 744 audiências

O trabalho foi organizado pelas Varas da Infância e pelo Grupo de Auxílio

O Mutirão de Instrução e Julgamento de Atos Infracionais julgou 671 processos, realizou 744 audiências e proferiu 560 despachos, no período de 3 a 28 de junho, no Fórum Clóvis Beviláqua. O trabalho foi organizado pelas Varas da Infância e da Juventude de Fortaleza e pelo Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais da capital.

A coordenadora das Varas da Infância, juíza Alda Maria Holanda Leite, destacou que o resultado foi positivo para a redução do acervo processual. "O mutirão fará com que, no próximo semestre, os juízes consigam encerrar os processos nos 45 dias previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dando a resposta que a sociedade espera", disse.

A juíza Joriza Magalhães Pinheiro, coordenadora do Grupo de Auxílio, ressaltou o apoio da Diretoria do Fórum e dos profissionais envolvidos. "Fiquei muito sensibilizada com a dedicação de juízes, promotores, defensores, servidores e estagiários. Tudo isso mostra que somente o esforço conjunto é capaz de promover a melhoria da atividade jurisdicional".

Para o juiz Jaime Medeiros Neto, titular da 4ª Vara da Infância e da Juventude, a força-tarefa foi eficaz ao dar celeridade a feitos mais complexos e, consequentemente, com tramitações mais morosas. "Todo empenho que seja desprendido em prol da situação processual infanto-juvenil, além de válido, é obrigação constitucional a ser desempenhada com absoluta prioridade", lembrou.

O mutirão teve o apoio do Ministério Público do Ceará, da Defensoria Pública do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Ceará (OAB/CE) e do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Estácio/FIC.

Mutirão financeiro

Mutirão Financeiro com ações do Bradesco foi realizado, de 11 a 14 de junho, no Fórum Clóvis Beviláqua. Das 93 audiências realizadas, 49 obtiveram acordos, representando índice de 52,68% de êxito. Fizeram parte da pauta ações em trâmite nas 30 Varas Cíveis da Capital.

O evento foi coordenado pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum. Contou com a parceria do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e do Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais.

Tribunal Pleno

Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido - Presidente
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva - Vice-presidente
Des. Francisco Sales Neto - Corregedor - geral da Justiça
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Rômulo Moreira de Deus
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Pedrosa Teixeira
Desa.Vera Lúcia Correia Lima
Des. Francisco Auricélio Pontes
Des. Francisco Suenon Bastos Mota
Des. Clécio Aguiar de Magalhães
Des. Francisco Barbosa Filho
Des. Paulo Camelo Timbó
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda
Des. Jucid Peixoto do Amaral
Des. Manoel Cefas Fonteles Tomaz
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte
Desa. Francisca Adelineide Viana
Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Gladyson Pontes
Des. Francisco José Martins Câmara
Des. Váldsen da Silva Alves Pereira
Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luís Bezerra de Araújo
Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Des. Teodoro Silva Santos
Des. Carlos Rodrigues Feitosa
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Des. Francisco Gomes de Moura
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes
Desa. Maria Gladys Lima Vieira
Chrystianne dos Santos Sobral - Secretária Geral

Órgão Especial

Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Rômulo Moreira de Deus
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Francisco Sales Neto
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Suenon Bastos Mota
Des. Clécio Aguiar de Magalhães
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luís Bezerra de Araújo
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Des. Francisco Gladyson Pontes
Chrystianne dos Santos Sobral - Secretária Geral

Juiz Francisco Luciano Lima Rodrigues - Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua

Juiz Antonio Carlos Pinheiro Klein - Juiz Coordenador da Esmec
Juiz Emílio de Medeiros Viana - Juiz Auxiliar da Presidência
Juíza Mírian Porto Mota Randal Pompeu - Juíza Auxiliar da Presidência
Juiz Francisco Eduardo Fontenele Batista - Juiz Auxiliar da Presidência
Antônio Carlos Pontes Barreto - Assessor Especial da Presidência
Maria Carmen de Lima Martins Pinto - Secretária Judiciária
Luís Eduardo de Menezes Lima - Secretário Especial de Planejamento e Gestão
José Almeida Santos Junior - Secretário de Administração
Vládia Santos Teixeira - Secretária de Gestão de Pessoas
Alexandre Sobreira Cialdini - Secretário de Finanças
Francisco Moacir da Silva Medeiros Júnior - Sec. de Tecnologia da Informação
José Wilton Bessa Macêdo Sá - Secretário-executivo do Fórum Clóvis Beviláqua
Márcia Morais Ximenes Mendes - Assessora Institucional
Antônia Tatiana Ribeiro Araújo - Auditora-chefe de Controle Interno
Mário David Meyer de Albuquerque - Consultor Jurídico
Dalva Regina Luna Queiroz - Chefe da Assessoria de Comunicação
Sílvio de Paiva Ribeiro - Chefe da Assessoria de Cerimonial
Ten Cel PM José Herlínio Dutra - Assistente Militar

Expediente

O Judiciário Notícias é produzido pela Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Telefones: (85) 3207.7056/7060
Fax: (85) 3207.7058
E-mail: imprensa@tjce.jus.br
Impresso no Parque Gráfico do Tribunal de Justiça